**ATA DA 23.ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**PERÍODO ORDINÁRIO**

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**5ª LEGISLATURA**

Aceguá, 03 de setembro de 2018

Aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às quinze horas e cinco minutos, no Plenário Ecesar Pintos, da Câmara Municipal de Vereadores de Aceguá, o Senhor Presidente, Vereador Alfredo Castillos de Los Santos-PSDB, após verificar a existência de número legal deu por aberta a Sessão, solicitando ao 1.º Secretário, Vereador Dalmiro Almeida-PP, que procedesse a chamada dos demais Vereadores, estando presentes pelo MDB: Anderson Barcelos Correa, Edmundo Pichler, Liziane Jardim e Luis Eduardo Nunes Gonçalves; pelo PDT: Beatriz Priebe Silveira; pelo PSDB: Jacqueline Ferreira e Odete da Silva Ribeiro. A seguir, solicitou a leitura da ata da Sessão anterior, que após discussão e votação foi aprovada por unanimidade. Em continuidade, solicitou a leitura do EXPEDIENTE EXTERNO onde constaram os protocolos n.ºs: 0547 e 0554/2018. A seguir, não havendo inscritos em para PALAVRA NO EXPEDIENTE, o Presidente passou para EXPLICAÇÕES PESSOAIS, quando fizeram uso da tribuna, os Vereadores Edmundo Pichler, Beatriz Priebe Silveira, Luis Eduardo Nunes Gonçalves, Dalmiro Almeida, Anderson Barcelos Correa e Jacqueline Ferreira. Posteriormente, solicitou à 1.ª Vice-Presidente, Vereadora Beatriz Priebe Silveira, que assumisse os trabalhos para que pudesse se manifestar. Reassumindo, solicitou a leitura do EXPEDIENTE INTERNO onde constaram os requerimentos n.ºs: 0551/2018 – Do Vereador Luis Eduardo Nunes Gonçalves; 0552/2018 – Da Vereadora Odete da Silva Ribeiro e 0553/2018 Do Vereador Dalmiro Almeida. Ato contínuo, solicitou a leitura de PARECERES sobre os seguintes: PROCESSO n.º 0533/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 047/2018 – “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 055/2018 - Do PODER EXECUTIVO - “Institui o programa municipal de educação fiscal do município de Aceguá”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 056/2018 - Do PODER EXECUTIVO – “Institui o programa municipal de premiação a consumidores mediante a utilização da plataforma Nota Fiscal Gaúcha do Estado do Rio Grande do Sul”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 058/2018 – Do PODER EXECUTIVO - “Inclui ação na Lei Municipal n.º 1.553, de 13 de julho de 2017 - PPA”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 059/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Inclui na Lei Municipal n.º 1.568, de 11 de setembro de 2017 – LDO para o exercício de 2018 – a seguinte ação”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 060/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza abertura de crédito adicional de natureza especial no valor de R$79.281,32”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores. Prosseguindo, solicitou a leitura dos PROJETOS EM TRAMITAÇÃO, sendo EM PRIMEIRA DISCUSSÃO: PROCESSO n.º 0502/2018 – Dos Vereadores JACQUELINE FERREIRA, ALFREDO CASTILLOS DE LOS SANTOS e ODETE DA SILVA RIBEIRO – “Emenda n.º 01/2018 – “Dá nova redação ao Art. 10 da Lei Orgânica do Município de Aceguá; PDL n.º 002/2018 – Da COMISSÃO ESPECIAL TEMPORÁRIA PARA APRECIAÇÃO DAS CONTAS DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE ACEGUÁ/RS, REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2016”. Após, havendo número legal o Presidente deu início à ORDEM DO DIA, com votação de PARECERES sobre Mensagem Retificativa e sobre Projetos de leis Ordinárias, bem como, votação de Projeto de Lei Ordinária, sendo: a) PARECER sobre MENSAGEM RETIFICATIVA: PROCESSO n.º 0520/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Mensagem Retificativa ao PL n.º 037/2018”, aprovado por unanimidade; b) PARECERES sobre PROJETOS DE LEIS ORDINÁRIAS: PL n.º 037/2018 – Do PODER EXECUTIVO – Com Mensagem Retificativa - “Altera parcialmente a Lei Municipal n.º 108, de 1.º de outubro de 2002”, aprovado de forma unânime; PL n.º 038/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Revoga a Lei Municipal n.º 1.498, de 1.º de abril de 2016”, aprovado unanimemente; PL n.º 048/2018 – Do PODER EXECUTIVO - “Inclui Ação na Lei Municipal n.º 1.553, de 13 de julho de 2017 - PPA”, aprovado por unanimidade; PL n.º 049/2018 - Do PODER EXECUTIVO - “Inclui na Lei Municipal n.º 1.568, de 11 de setembro de 2017 - LDO para o exercício de 2018 - a seguinte ação”, aprovado de forma unânime; PL n.º 050/2018 - Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza abertura de crédito adicional de natureza especial no valor DE R$47.568,79”, aprovado unanimemente; PL n.º 051/2018 – Do PODER EXECUTIVO - “Inclui Programa e ações na Lei Municipal nº 1.553, de 13 de julho de 2017 – PPA”, aprovado por unanimidade; PL n.º 052/2018 – Do PODER EXECUTIVO - “Inclui na Lei Municipal n.º 1.568, de 11 de setembro de 2017 - LDO para o exercício de 2018 – Programa e ações”, aprovado de forma unânime; PL n.º 053/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza abertura de crédito adicional de natureza especial no valor de R$78.000,00”, aprovado unanimemente; c) VOTAÇÃO DE PROJETO DE LEI ORDINÁRIA: PL n.º 032/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza o Poder Executivo a proceder suplementação de dotações orçamentárias no valor de R$24.036,58”, aprovado por unanimidade. Continuamente, o Presidente consultou os Líderes de Bancada, data para realização de Sessões Extraordinárias para apreciação do PROCESSO n.º 0533/2018 – Do PODER EXECUTIVO – “Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 047/2018 – “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019”, tendo ficado marcada para às 17h do dia 10 do corrente mês. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aceita, vai devidamente assinada.

Presidente Secretário